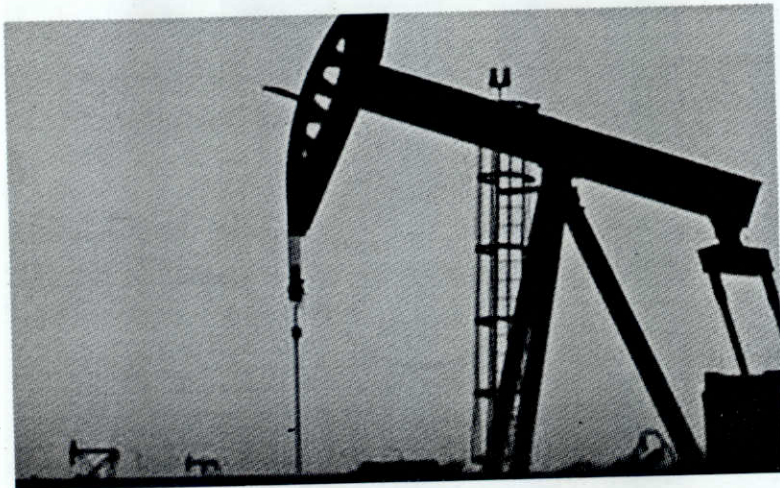


Economia e Empresas



Empresa indiana 'Bharat PetroResources' vai efectuar furos em busca de petróleo

- Moçambique é um dos locais das perfurações anunciadas



A Bharat PetroResources (BPRL), vai efectuar 16 furos até ao final do corrente ano fiscal e espera algumas descobertas nos blocos petrolíferos de que dispõe tanto na Índia como no estrangeiro, caso de Moçambique, afirmou em Bombaim o presidente executivo da empresa.

De acordo com o jornal indiano The Economic Times, R.K. Singh disse que a empresa que dirige, subsidiária controlada a 100% do grupo Bharat Petroleum (BPCL), vai efectuar furos na Índia e em Moçambique, Brasil, Austrália e Indonésia onde espera vir a conseguir resultados positivos "uma vez que esses 16 furos vão ser feitos em

zonas bastante prometedoras". A companhia dispõe actualmente de 27 blocos, dos quais nove se localizam na Índia e os restantes 18 em seis países estrangeiros.

No ano fiscal 2011, a BPRL efectuou algumas descobertas no Brasil (hidrocarbonetos leves), em Moçambique e na Indonésia (petróleo e gás) tendo descoberto ainda gás natural em quatro dos seis poços perfurados em Moçambique.

Bharat PetroResources (BPRL) está envolvida com a Anadarko Petroleum Corporation dos Estados Unidos da América em prospecções na Bacia do Rovuma. (macauhub/ Canal de Moçambique)

Transportadora de baixo custo acusa governo de "ganância"

'1Time' deixou de voar para Moçambique o mês passado. O protecționismo visa salvaguardar os interesses da LAM e da sua congénere sul-africana, a SAA. A '1Time' cobrava 1544 randes por uma passagem de ida e volta Joanesburgo-Maputo. A tarifa mais baixa praticada pela LAM para o mesmo trajecto (Maputo-Joanesburgo-Maputo) é de 1846 randes. A SAA cobra entre 2580 e 4000 randes.

Glenn Orsmond, director-executivo da transportadora aérea sul-africana de baixo custo, '1Time', acusou o governo da África do Sul de estar a prejudicar a viabilidade da empresa e de outras do género mediante a imposição de uma panóplia de impostos e taxas. Antigo contabilista com experiência na administração de transportadoras aéreas, Orsmond lançou há 8 anos a '1Time', tornando-a numa empresa lucrativa e viável. No entanto, Orsmond disse que não voltaria hoje a envolver-se num projecto idêntico dadas as medidas fiscais aplicadas pelo governo sul-africano, que

ele rotulou de "ganancioso".

Em declarações ao semanário «Sunday Times» de Joanesburgo, Orsmond disse que o governo aplicava biliões do dinheiro dos contribuintes na transportadora pública SAA, ao mesmo tempo que utiliza as transportadoras de baixo custo como fontes de receita. Como exemplo, Orsmond citou as taxas aeroportuárias que a partir do próximo mês sofrerão um aumento de 70%, e de 150% nos cinco anos seguintes. Para além dessas taxas, as transportadoras têm de pagar impostos à empresa de Aeroportos da África do Sul (ACSA), aos

serviços meteorológicos, à Aeronáutica Civil, e ao próprio fisco consoante o número de passageiros transportados, para além de impostos ocultos e impostos indirectos que não existiam quando a '1Time' entrou em funcionamento em 2003.

O director-executivo da '1Time' citou como exemplo os 520 randes (1.852,81 meticais) que têm de ser pagos por cada passageiro como taxa aeroportuária no trajecto Joanesburgo-Maputo, valor esse acrescido de taxas de aterragem, entre outros. Segundo Glenn Orsmond, "520 randes

por um voo de 45 minutos torna o trajecto não económico".

Um ano após ter iniciado voos entre Joanesburgo e Maputo, a '1Time' pôs termo a esta carreira o mês passado devido a restrições impostas pelas autoridades moçambicanas e sul-africanas. O governo de Moçambique, no âmbito de um acordo com a África do Sul, havia atribuído 560 lugares semanais à '1Time', embora a aeronave utilizada nos voos, um McDonnell-Douglas 82, tivesse capacidade para 157 passageiros. Dado que a operadora foi autorizada a efectuar cinco voos semanais entre Joanesburgo e Maputo, em média a

aeronave funciona com 45 lugares vazios, um condicionalismo que contraria o objectivo central de qualquer transportadora de baixo custo que é o de levar o maior número possível de passageiros em todos os voos.

O protecționismo visa salvaguardar os interesses da LAM e da sua congénere sul-africana, a SAA. A '1Time' cobrava 1544 randes por uma passagem de ida e volta. A tarifa mais baixa praticada pela LAM para o mesmo trajecto (Maputo-Joanesburgo-Maputo) é de 1846 randes. A SAA cobra entre 2580 e 4000 randes. (Redacção/ Canal de Moçambique)